

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO nº de 2019 (Do Sr. Reginaldo Lopes)

Solicita que seja convocado o senhor Paulo Guedes, ministro da Economia, a fim de prestar esclarecimentos sobre a proposta do Pacto Federativo.

Senhor Presidente;

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o plenário desta comissão, se digne adotar as providências necessárias à convocação do ministro da Economia, senhor Paulo Guedes, para comparecer ao plenário desta comissão a fim de prestar esclarecimentos a esta casa sobre a proposta do Pacto Federativo e suas consequências.

JUSTIFICACÃO

A proposta do Pacto Federativo, foi entregue nesta terça-feira, dia 5 novembro de 2019, pelo presidente da República, e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Congresso Nacional. A proposta prevê a redução do número de municípios com a restrição para a criação de novas cidades e a incorporação pelo município vizinho de cidades com menos de 5.000 habitantes e com arrecadação própria menor que 10% de sua receita total.

Segundo o secretário de Fazenda do ministério da Economia, Waldery Rodrigues Junior, 1.254 cidades tem o potencial de serem extintas. Os municípios que tiverem dentro desses requisitos serão extintos a partir de 2026, caso a PEC do Pacto Federativo seja aprovada como está.

O Brasil tem 1.253 municípios com menos de 5.000 habitantes, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Este número equivale a 22,5% do total de 5.570 municípios brasileiros.

No entanto, os municípios nascem do anseio popular, em sua grande maioria, pela necessidade de uma atenção maior por parte do Poder Executivo a qual é vinculada e da falta de

resolução dos problemas locais existentes. Não raro, o distanciamento das localidades, bairros ou distritos da sede do Poder Executivo a qual é vinculado impede uma maior participação dos agentes públicos nos problemas locais e a distribuição democrática dos recursos disponíveis para o município.

É legitimo afirmar que o anseio pela criação de um novo município para a resolução dos seus problemas locais, é o melhor caminho para comunidade que não receba atenção do poder público a que é vinculada. É ao município que cabe - particularmente, aos agentes municipais -, seguindo os preceitos constitucionais, criar novas condições para seu o desenvolvimento, com a implantação de políticas públicas e planos diretores. O Estatuto da Cidade, por exemplo, permite maior flexibilidade, de forma que os municípios possam agir utilizando instrumentos jurídicos sem necessariamente gerar novas despesas públicas ou, ainda, construir parcerias com os particulares de forma a garantir desenvolvimento econômico, a criação de infra-estrutura, proporcionando a redução das desigualdades sociais.

A ida do ministro à Comissão de Educação para dar explicações aos parlamentares sobre o pacto federativo apresentados pelo ministro da Economia é de fundamental importância para a manutenção do Estado Democrático de Direito e do bom funcionamento de suas instituições.

Sala das comissões, em 11 de novembro de 2019

DEP. REGINALDO LOPES